



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 28/2022

“Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Monteiro Lobato, e dá outras providências.”

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de 2022, às 19 horas, no Plenário 26 de Abril – Palácio de Buquira da Câmara Municipal de Monteiro Lobato, com a presença dos membros do Legislativo Municipal: Presidente da Câmara Vereador Allan Rached Azevedo, Vereador Aloísio Aparecido dos Santos Barreto, Vereador João Francisco da Silva, Vereador Kurt Eugênio Greiner e Vereador Nedivan Rodolfo Guimarães e do Executivo Municipal: Secretária Municipal de Meio Ambiente, Ana Carolina da Mata Silva e do Secretário de Obras Engenheiro Geminiano Jorge dos Santos. O Vereador Allan Rached cumprimentou a todos e informou que a audiência tem por finalidade o conhecimento, análise e discussão do Projeto de Lei do Executivo nº 28/22 de autoria do Prefeito Municipal que dispõe sobre o **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Monteiro Lobato.** Agradeceu a presença dos representantes do Prefeito Municipal, do munícipe Senhor Roberto Bleier, como se apresentou e aos que assistem pelas redes sociais. Passou a palavra à Secretária Carolina que iniciou cumprimentando a todos e explicou que o plano foi elaborado em 2017 onde foram levantados todos os dados referentes aos resíduos sólidos e agora, seguindo as leis federais, o Projeto de Lei foi encaminhado à Câmara para apreciação dos Vereadores. O Vereador Allan abriu a palavra para quem quisesse se manifestar. O munícipe Senhor Roberto perguntou se haveria a apresentação do projeto. Cumprimentou a todos e iniciou dizendo que estudou o plano apresentado, falou que o projeto faz descrição do ponto de vista das metas, de maneira ampla, achou bem legal. Mas está baseado no plano elaborado com dados de 2017 o que o deixa distante da realidade do município com várias lacunas de dados com informações não fornecidas, necessárias para que o plano se complementasse. Disse que tem observado que os planos elaborados ultimamente são feitos mais para cumprir uma recomendação governamental do que como plano propriamente dito. Entende que um plano deve ter ações, prazos, prioridades e metas a serem cumpridas e certamente, tem que ter os recursos para ser cumprido juntamente com os indicadores que possibilitarão as condições de acompanhamento e saber se estão realmente voltados aos interesses da população. Disse que embora esteja morando há pouco tempo no município, tem vivido políticas públicas há muitos anos. Informou sobre o conhecimento que teve de um gerente de cidades que conheceu em outro município, um gestor que não interfere na administração do prefeito. Alegou que nesse cargo os planos são tratados como orientadores da gestão municipal e são levados ao conhecimento da população. Disse que quanto a esse plano em análise, teria que dar uma noção clara da quantidade de resíduos do município para elaborar as demandas do futuro. E que se sente desanimado quanto à legislação governamental que o município não cumpre. O plano vem em forma de lei, mas existe a dificuldade em entender se o que foi nele definido vai ser executado, sendo que não está previsto no orçamento público. O Conselho Municipal também não é ouvido e, por conta da nova lei, os munícipes são considerados como geradores e responsáveis, sem falar nos resíduos agropecuários que são perigosos. E esse plano deve sofrer revisão. Qualquer gestor público interessado teria que entender a destinação dos recursos e quais os seus resultados. Considerando as novas obrigações através de novos decretos regulamentadores, se sente responsável, como



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

morador e conselheiro, mas impotente e incapaz de dar um aval legal nessa questão. Disse que deveria haver investimentos num plano de educação ambiental, que tem que entrar na comunidade como um todo, extrapolando até a educação curricular, pois trata-se de assunto social, político e econômico. Não se faz educação ambiental sem recursos que não constam no orçamento público. Completou dizendo que todos tem que tomar uma nova posição na apresentação dos planos. O Vereador Allan agradeceu a palavra do senhor Roberto que muito tem colaborado com as audiências públicas por estar engajado, envolvido e atua como esclarecedor dos fatos. Disse que os índices utilizados no plano são antigos, e deve ser feita uma adequação à realidade do município. Lembrou da cooperativa de recicláveis que foi prometida, mas não aconteceu e do PEV – Posto de entrega voluntária, que não houve continuação do projeto. Perguntou: - Como os Vereadores podem aprovar o plano se não existe uma área para implantação de um PEV? Disse que está tudo no papel, mas não houve a parte executável. Alegou que as adequações tem que ser levantadas e para isso são realizadas as audiências, para atualizar dados e depois voltar para a Câmara como projeto a ser aprovado. O Vereador Nedivan fez um aparte e disse que tem que ter um plano e esse plano não existe. Quanto ao PEV, disse que antes de iniciar já está virando um transtorno. A Secretária Carolina disse que a Prefeitura não está de olhos fechados, está fazendo tratativas para que as coisas ocorram. Quanto ao plano de resíduos sólidos, disse que seria ideal se todas as informações estivessem atualizadas, mas a Prefeitura precisa do projeto aprovado para executar o que está no plano. O Vereador Nedivan concordou que está muito desatualizado. O Vereador Allan discorreu sobre a quantidade de resíduos sólidos informado pela Secretaria de Serviços Municipais, a secretária atualizou a última pesagem do caminhão do lixo, para em média, 65 toneladas por mês. O Vereador Allan disse que nos últimos cinco anos houve um aumento da população e conseqüentemente, do lixo. E a Prefeitura não consegue suprir a demanda de coleta. Falou dos transtornos gerados quanto à destinação do lixo, como está sendo descartado no Jardim Morada do Sol. Disse que os Vereadores podem travar o projeto para adequações, mas vai ser aprovado, e gostaria de saber do orçamento para cumprir frente ao governo federal. A Secretária Carolina concordou e disse que a Prefeitura tem que cumprir a elaboração do plano. O Vereador Allan disse que a responsabilidade é de todos e questionou sobre motivo desses projetos estarem parados desde a administração anterior. Disse que o objetivo maior é atender todas as demandas constantes do projeto. O Senhor Roberto falou sobre o Decreto 10.936; disse que se não houver dados necessários para alimentar os sistemas do governo, não haverá transferências de recursos para a execução dos projetos. Reiterou: - Não adianta aprovar correndo se não houver dados para alimentar os sistemas e o município não receber essas transferências. O Secretário de Obras Geminiano disse que para ter recursos tem que ter o projeto aprovado. Tem que ter a lei, senão não sai do zero. Afirmou que após aprovação do projeto, a prefeitura vai dar andamento. Disse que a atualização dos dados vais ser feita. O senhor Roberto disse que muitas coisas não dependem só de projeto, mas sim de presteza e dedicação necessária para a atualização dos dados. O Vereador Nedivan disse que os Vereadores não podem aprovar uma lei sem dados atualizados. O Geminiano disse que os projetos necessitam dos vereadores O senhor Roberto disse que solicitou informações a secretaria de finanças, e nenhuma resposta foi dada. O Vereador Allan disse que todos os projetos que estão vindo são muito mal feitos, controle c, controle v de outras cidades. Disse que não sabe se o projeto vai ser cumprido pois os vereadores não tem conhecimento dos recursos. Se os vereadores aprovam e o executivo não executou, depois são responsabilizados. O vereador



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

Allan disse que a questão são as prioridades do município. Sempre chegam aqui projetos em caráter de urgência, os vereadores querem adequar e depois dizem que o projeto está parado na camara. Disse que é o posicionamento seu, disse que a audiência pública só tem fundamentação com a participação popular, agradeceu a secretaria que se colocou à disposição dos vereadores anteriormente a essa audiência, sabe que não há tempo hábil para fazer adequações, mas tem que ser feitas. O Senhor Roberto disse que está tentando trazer uma visão técnica de fora, se colocou à disposição para colaborar com o plano e tentar preencher as lacunas indispensáveis. O Vereador João Cunha perguntou se existe a possibilidade de elaborar um novo plano. a secretária respondeu que provavelmente não pois já foi contratada a empresa para ser feito o plano. O Vereador Allan disse que tem que ser feitas correções. São apenas alguns pontos a serem adequados. O Vereador João Cunha disse que o projeto do Pev já deveria estar pronto com todos os dados do seu funcionamento. O Vereador Allan concordou e disse que tem que ter principalmente a destinação. A Secretária disse que no projeto do PEV tem todas as características do seu funcionamento. O Geminiano disse que o PEV já era para estar funcionando, porém, houve problemas com a documentação do terreno. O senhor Roberto informou que a algum tempo atras sugeriu que convide o gerente de uma cooperativa para palestrar sobre as vantagens de uma cooperativa. O geminiano respondeu que há planos para a criação de uma cooperativa vinda de São José dos Campos ou com incentivo do CRAS, criar uma cooperativa junto aos membros. O Vereador Allan cobrou também sobre o Parque Industrial que até agora não foi dado andamento. Ressaltou sobre planejamento, orçamento, análise técnica, há risco de perder, tempo, dinheiro, investimentos no terreno do PEV e corre o risco de ter que mudar de local. O Geminiano disse que o Prefeito está em conversação com o proprietário do terreno, vamos aguardar. Para dar andamento na construção do PEV e da cooperativa de resíduos sólidos. O Vereador Allan finalizou dizendo que os vereadores darão voz a população através de indicações e requerimentos que serão encaminhados ao Prefeito. Agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e deu-se por encerrada a presente Audiência, e para constar foi lavrada a presente Ata que vai assinada em lista própria de presença.

Edital publicado:

- no jornal “A Gazeta dos Municípios”, página 02, de 16 de agosto de 2022;
- no Diário Oficial do Município, Edição nº 307, no dia 16 de agosto de 2022;
- no site oficial da Câmara Municipal de Monteiro Lobato.



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

Rua Maria Luiza Valvano Auricchio, 21, Centro – CEP 12.250-000 – Monteiro Lobato/SP

Telefone: (12) 3979-1145 – (12) 3979-1577

e-mail: camaramlobato@uol.com.br camara@monteirolobato.sp.gov.br

LISTA DE PRESENÇA À AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 28/22, que “Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Monteiro Lobato, e dá outras providências”

**REALIZADA A PARTIR DAS 19HS DO DIA 29 DE AGOSTO DE 2022
NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO/SP.**

| Nº | NOME |
|----|------------------------------|
| 1 | Kurt Evario Greiner |
| 2 | Renan Rattes Azevedo |
| 3 | João Inácio da Silva |
| 4 | David F. S. Toledo |
| 5 | Uma Claudina da mata Silva |
| 6 | ROBERTO BLEIER |
| 7 | Med. Dr. R. Guimarães |
| 8 | Geminiano Jorge dos Santos |
| 9 | ALOISO AP. DOS SANTOS BARROS |
| 10 | Rosane M. Fujisawa |
| 11 | Engelida Pereira da Silva |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |